



Jornalismo, Cidadania, Esfera Pública e Capitalismo Contemporâneo¹

Dennis de Oliveira²

RESUMO

Este trabalho trata da transfiguração do jornalismo como atividade de fomento da esfera pública e do compartilhamento das imediaticidades, conforme conceituação de Genro Filho, para a sua dissolução na máquina societária da civilização capitalista. Para isto contribuem os valores consolidados do capitalismo como civilização (e não apenas como modo de produção), o critério da verossimilhança no lugar da veracidade e a reificação dos procedimentos de produção. Com isto, tanto a narrativa do jornalismo comportamental das celebridades como a cobertura *hard* da política se confluem como um discurso de violência sistêmica.

Palavras chave: jornalismo e cidadania; jornalismo e capitalismo; jornalismo e esfera pública

1 – Capitalismo como civilização

Um argumento para explicar a caracterização do jornalismo dissociado do interesse público reside na sua mercantilização recente. De fato, como empresa capitalista – e monopolizada – para a indústria jornalística o que se pretende é vender um produto. Assim, se a demanda por determinados bens simbólicos existe, nada mais natural que esta indústria atenda a esta demanda.

Muitos dos profissionais do jornalismo, principalmente os que ocupam cargos de direção, apresentam esta argumentação quase como um “habeas corpus” contra qualquer crítica que se faz ao jornalismo contemporâneo. Algumas empresas, inclusive, justificam determinadas pautas, abordagens, angulações, nesta perspectiva.

Por exemplo, vários estudos demonstram o pequeno espaço que os países da América Latina ocupam nas páginas internacionais em favorecimento a uma presença maior da Europa e EUA. Os editores das seções de internacional da mídia hegemônica são quase que unânimes em afirmar que isto ocorre porque os leitores dos jornais brasileiros são pessoas de classe média e que viajam ou querem viajar para estes países, portanto pouco importa o que ocorre nos vizinhos latino-americanos. Este argumento persiste mesmo com uma mudança recente na estratégia geopolítica do Brasil, mais voltada para América Latina e África, que tem levado

¹ Trabalho apresentado em Grupo de Trabalho da V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã

² Professor associado do curso de jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP. Professor do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola, Artes, Ciências e Humanidades da USP. Coordenador do Celacc (Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação).



várias empresas (e, portanto, executivos, negociantes e trabalhadores em geral) para tais países.

De outra parte, algumas perspectivas críticas da mídia também consideram os problemas como fruto da estrutura do capitalismo. Entretanto, a visão de capitalismo apenas na lógica economicista – seja favorável ou contrária – é limitante para se perceber, primeiro, a profundidade e a complexidade deste fenômeno do jornalismo; e segundo, para se pensar em alternativas que não fiquem apenas no mero chavão “revolucionário”.

Para tanto, propõe-se entender o capitalismo para além da sua mera dimensão econômica e entendê-lo como uma *civilização*, na perspectiva apontada pelo professor Fábio Konder Comparato.

Para Comparato (2013), a civilização humana como conceito macro pode ser definida como uma estrutura societária onde existem três características: 1º) um sistema de hierarquias sociais que se configuram como estrutura de poder; 2º.) um espírito coletivo (como síntese de uma mentalidade e sistema ético compartilhado) e 3º.) uma base geoeconômica.

Assim, o capitalismo, mais que um modo de produção, pode ser entendido como uma civilização, pois reúne estas características de forma tal que a singulariza perante outros modelos civilizatórios precedentes.

A estrutura de poder da civilização capitalista tem uma característica própria que é a sua *anomia*. A classe dominante, a burguesia, exerce o seu poder por meio de instituições burocráticas expressas tanto na figura da anômica “empresa capitalista” como na burocracia do poder de Estado. E a medida que o capitalismo se desenvolve, entrando nas suas etapas industrial e pós-industrial, estes processos se acentuam.

Retoma-se a ideia de poder de Foucault (1984) quando o pensador francês fala da punição exercida não mais pela vontade despótica do soberano mas pelo conjunto de instituições e dispositivos discursivos do Direito moderno.

Comparato afirma a respeito das estruturas de poder no capitalismo:

Entrou em cena um novo centro de poder supremo, a moderna organização estatal, cuja legitimidade, segundo Max Weber repousava no monopólio legítimo da coação física (*Monopollegittimen physischen Zwanges*). Sustentou ele que o Estado moderno constituía uma organização impessoal (burocrática) de poderes públicos. Na verdade, o que se verificou é que, por trás do aparato burocrático, atuava sempre uma minoria de poderosos, agindo no seu próprio interesse e benefício. Os órgãos oficiais do Estado, portanto, na grande maioria dos casos, apenas aparentemente são públicos. (COMPARATO, 2013: p. 105)

O aparato burocrático como modelo de poder possibilitou uma originalidade em termos de estrutura de poder na civilização capitalista que foi a dissociação da dimensão religiosa. É a



primeira experiência civilizatória em que há uma separação do poder instituído do poder religioso, uma vez que o discurso do poder se exerce por meio de uma pretensa razão universalizante.

Graças a isto, Comparato (idem) afirma que a civilização capitalista foi a primeira que se universalizou, isto é, não tem um território específico definido e praticamente incorporou todas as experiências societárias, religiosas e tradicionais. É a experiência pioneira de uma *civilização mundial*.

As hierarquias sociais foram sendo construídas com base nos repertórios informativos. Desta forma, a autoridade na civilização capitalista reside no repertório de informações e é desta forma que se forma o poder da burocracia administrativa estatal e da burocracia administrativa privada: o controle das informações necessárias para que os processos produtivos fluam. Com base nesta distinção, forma-se o que Gramsci (2002) chamou de “Sociedade Política”, ou o *Estado stricto-sensu*, isto é, todo o aparato tecnoburocrático que movimenta a máquina estatal.

Desta forma, aquela estrutura que deveria ser a representação da sociedade civil constrói uma alternativa relativa a esta a medida que se transforma em um máquina cujo funcionamento complexo fica na dependência deste quadro tecnoburocrático.

Hannah Arendt, no texto *O que é autoridade* afirma que a autoridade se exerce garantindo a obediência sem recorrer a persuasão e nem a violência (coação física). Portanto, a autoridade, para existir, necessita de elementos de legitimidade. Em tempos remotos, Arendt afirma que a autoridade era a garantia de tornar o passado presente e de garantir certa estabilidade (ou segurança) no futuro. Os *repertórios* adquiridos em experiências passadas servem, assim, como elementos legitimadores desta forma de autoridade, assim como a pretensa garantia de uma previsibilidade (no sentido de um futuro sem mudanças abruptas, construído a partir da referência do passado). (ARENDR, 2009: pp. 127-188).

Estes mecanismos de legitimação aparecem, sobretudo, nas autoridades religiosas e/ou de espaços tradicionais. Por serem organizações pré-modernas, a autoridade se exerce pela garantia da manutenção das tradições. Entretanto, mesmo na sociedade moderna, alguns espaços ainda evidenciam aspectos tradicionais, como a família e a escola esta forma de autoridade aparece.

O autoritarismo é, para Arendt (idem), um sistema político no qual o poder se assenta pelo exercício pleno da autoridade – daí que nos regimes autoritários, as mudanças são pequenas e rigidamente controladas – e se manifesta por rígidas hierarquias sociais.



A importância destas considerações sobre autoridade e autoritarismo é verificar como estes processos se modificam radicalmente na civilização capitalista. O poder burocrático da civilização capitalista não se assenta em uma autoridade baseada na manutenção de tradições passadas, mas sim em um uso instrumental dos conhecimentos para que se gerencie processos futuros. É a autoridade da razão instrumental. O discurso da autoridade moderna é a da garantia de um futuro melhor que o presente e não da manutenção de valores do passado.

Tendo cedido em sua autonomia, a razão tornou-se um instrumento. No aspecto formalista da razão subjetiva, sublinhada pelo positivismo, enfatiza-se a sua não-referência a um conteúdo objetivo; em seu aspecto instrumental, sublinhado pelo pragmatismo, enfatiza-se a sua submissão a conteúdos heterônomos. A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel de domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la. (HORKHEIMER, 2002: p. 29)

A apropriação desta razão instrumental é a forma de fazer movimentar a máquina da civilização capitalista e o elemento legitimador das hierarquias sociais. É por esta razão que o sistema escolar vai paulatinamente passando de um espaço de mera erudição e absorção de repertórios para o de treinamento e preparação para ser operador da máquina capitalista.

É por conta disto que o poder na civilização capitalista também se exerce, conforme afirma Gramsci, no âmbito da chamada Sociedade Civil por meio dos “aparelhos privados de hegemonia”. Os valores intrínsecos à lógica da civilização capitalista são disseminados nas várias instâncias da vida cotidiana: família, escola, Igreja, mídia, entre outros.

Entretanto, é preciso destacar a afirmação de Comparato que “constitui um dos múltiplos ludíbrios do sistema de dominação capitalista sustentar que ele independe do Estado e se esforça por limitar o poder estatal, em nome da livre iniciativa”. (COMPARATO, op cit, p. 105). O jurista brasileiro cita Fernand Braudel que afirma que “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado e é o Estado”. (idem)

Comparato faz um breve histórico das relações da burguesia europeia e norte-americana desde a sua ascensão até a sua consolidação no poder com as estruturas estatais de cada momento, alianças com grupos religiosos, monárquicos, nobreza e estamentos políticos. Em cada um dos momentos, os interesses da classe burguesa foram se articulando com cada um deles, dando formações distintas às estruturas de poder estatal. É este caráter móvel, dinâmico e plural das experiências de poder que caracteriza a civilização capitalista e a singulariza em relação a demais experiências civilizatórias.



Isto ocorre porque o poder do capitalismo é “oculto ou dissimulado” (COMPARATO, op cit, p. 123), capaz de combinar com algumas formas de liberdade e até “à sombra da soberania do povo” (TOCQUEVILLE apud COMPARATO, op cit, p. 124).

Na verdade, o capitalismo sempre se apresentou na História como defensor dos nobres valores e ideais. Da filosofia do Iluminismo, a burguesia reteve e proclamou, com suas bandeiras de ação, a liberdade individual e a igualdade perante a lei. (COMPARATO, op cit, p 125)

A dissimulação e ocultação do poder são possíveis por conta da impessoalidade da tecnoburocracia (o fetichismo das normas e das técnicas) e do exercício do poder ideológico. Assim, os valores disseminados como estilos de vida são formas de exercício do poder, assim como os discursos legitimamente expressos como verdadeiros (a “vontade da verdade” de Foucault) e as técnicas consagradas nas instituições, inclusive o jornalismo. O poder da civilização capitalista se manifesta, assim, no formato dos dispositivos foucaultianos atravessando diversos momentos institucionais ou não da vida. Este caráter móvel, oculto e dinâmico do poder da civilização capitalista é que permite que esta experiência civilizatória tenha poder de adequação a diversos territórios e experiências sócio-culturais.

2 – Jornalismo, conhecimento e capitalismo

Dentro desta civilização capitalista, o jornalismo aparece como uma das atividades sociais mais características. É uma das principais manifestações deste ludíbrio da burguesia em se apresentar como independente do poder de Estado.

Vários autores desmentiram esta ideia, desde Louis Althusser que considera os meios de comunicação como um “aparelho ideológico do Estado” (ALTHUSSER, 2001) a Noam Chomsky no seu estudo famoso feito com Edward Herman intitulado “O consenso fabricado” em que ele define o jornalismo como “máquina de propaganda”. (HERMAN & CHOMSKY, 2003)

Para além destes modelos denunciadores que tem a sua importância, entretanto ficam presos a uma postura condutivista da atividade que praticamente não deixa margens de superação da mesma a não ser que houvesse uma mudança radical na estrutura, é necessário verificar os aspectos contraditórios inerentes e internos a ela.

Se a civilização capitalista tem como uma das suas principais características a sua flexibilidade na adequação a distintos contextos sócio-culturais, isto propicia também a abertura de mais e mais contradições dentro dos processos internos do próprio capitalismo.



Em outras palavras, na mesma lógica onde reside a sua força, está também os seus pontos de fraqueza.

No caso do jornalismo, a contradição está presente na sua própria natureza de ser uma forma de conhecimento da realidade cristalizada na singularidade dos fenômenos, isto é, na sua apropriação empírica imediata.

As informações que circulam entre os indivíduos na comunicação cotidiana apresentam, normalmente, uma cristalização que oscila entre a singularidade e a particularidade. A singularidade se manifesta na atmosfera cultural de uma imediaticidade compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto. A particularidade se propõe no contexto de uma atmosfera subjetiva mais abstrata, no interior da cultura, a partir de pressupostos universais geralmente implícitos, mas de qualquer modo naturalmente constituídos na atividade social. Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. (GENRO FILHO, 1989: p.160)

Destaca-se aqui a ideia de “imediaticidade compartilhada” e “experiência vivida de modo mais ou menos direto”. Genro Filho define o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizada na dimensão do singular que é produto desta imediaticidade compartilhada. Daí que ele está em perspectiva distinta do “particular”, produto de uma subjetividade abstrata e, portanto, presente na expressão artística; e do “universal”, típico do discurso científico em que as singularidades são sintetizadas nas grandes narrativas.

As teorias críticas do jornalismo se centram na forma que tal imediaticidade compartilhada é apropriada pelo jornalismo. Entretanto, a sociedade contemporânea aponta para algo além disto: qual imediaticidade é compartilhada atualmente? Diante disto, têm-se as seguintes premissas ou hipóteses:

1º.) A sociedade líquido-moderna de que fala Bauman (2007) individualizou ao extremo os sujeitos a ponto das relações sociais se liquefazerem e se transformarem meramente em conexões voláteis, descomprometidas e construídas apenas e tão somente para expressar o desejo de usufruir o prazer máximo. Com isto, reduzem-se e ficam extremamente superficiais as experiências coletivas compartilhadas.

Bauman fala da “guetificação voluntária” (BAUMAN, 2008) e da destruição do espaço público (BAUMAN, 2003), Chauí fala da destruição da esfera pública política por meio da substituição dos debates racionais pelas sensações captadas. (CHAUI, 2006).



Com esta atomização constante da sociedade capitalista, impulsionada pelas mudanças nos paradigmas de produção, não há uma percepção de coletividade por parte dos sujeitos. É a tal multidão solitária que muito fala mas pouco compartilha em termos de experiências coletivas. 2º.) A redução das imediaticidades compartilhadas propicia um ganho de espaço significativo no discurso jornalístico da “particularidade”, isto é, as apreensões particulares dos sujeitos que falam e narram passam a ser a referência do discurso jornalístico. É a transfiguração da opinião para o opinionismo.

Esta situação é favorecida pelo fortalecimento da cultura imagética e do simulacro, onde a verossimilhança ocupa o lugar da veracidade. O que importa é quem fala e como fala e não o que fala.

O conceito de simulacro vem de Baudrillard (1991) que aponta que as representações passam a ter autonomia perante as suas referências, a medida que direcionam a forma de captação destas mesmas.

Hoje a abstração já não é a do mapa, do duplo, do espelho ou do conceito. A simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real. O território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território – precessão dos simulacros – é ele que engendra os territórios cujos fragmentos apodrecem sobre a extensão do mapa. É o real, e não o mapa, cujos vestígios subsistem aqui e ali, nos desertos que já não são os do império, mas o nosso. O deserto do próprio real. (BAUDRILLARD, 1991, p. 8)

A ideia de simulacro parte do pressuposto, primeiro, de que as representações são construções sobre uma referência e não um reflexo da mesma (lembrando o conto de Jorge Luis Borges, em “História mundial da infâmia” na qual trata da inutilidade de um mapa da mesma escala do território mapeado); e segundo, que tais representações constroem uma legitimidade pela verossimilhança. Com isto, cria-se uma autonomia relativa do universo das representações que direciona a forma de olhar e atuar sobre a realidade percebida. Perspectiva semelhante a proposta pelo pensador Walter Lippmann, do “pseudoambiente” na qual ele afirma que os seres humanos atuam, tomam posições e pensam a partir de um ambiente construído por um universo de representações que deve ser gerenciado por uma classe de especialistas. A diferença de Lippmann, uma “neoplatônico” como ele se autodenomina, está em que ele acredita na possibilidade de existir uma classe de “especialistas” que gerenciaria este processo. (LIPPMANN, 2008)



Para Genro Filho, o jornalismo potencialmente tem a possibilidade de ser um instrumento revelador de um conhecimento cristalizado na singularidade dos fenômenos, situação esta que abre uma dimensão contraditória na própria atividade.

... pode-se pensar a cultura em geral e o jornalismo em particular como *práxis*, não apenas como manipulação e controle. De um lado, em virtude da propriedade privada dos meios de comunicação e da hegemonia ideológica da burguesia, o jornalismo reforça a cosmovisão dominante. De outro, a apreensão e reprodução do fato jornalístico podem estar alicerçadas na *perspectiva* de uma cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária. (GENRO FILHO, op cit, p, 212)

Mais adiante, o autor aponta referências desta potencialidade transformadora do jornalismo, a o citar Trótsky que, no livro “Questões do modo de vida” recomenda aos jornalistas soviéticos no período pós-revolucionário que os leitores não querem lições ou sermões e que um jornal não tem o direito de não se interessar pelo que interessa às massas e que os chamados “fait-divers” sensibilizam grandemente as massas porque são exemplos expressivos do que a vida faz. (idem, p. 219)

O que está implícito na proposta de Genro Filho é que a interação social do cotidiano, fazer o ser humano sentir-se agente do fazer história abre possibilidades de conscientização revolucionária tanto quanto a colonização ideológica.

A afirmação do autor tem sentido, porém há limites. O principal deles é que esta imediaticidade compartilhada socialmente é reproduzida simbolicamente de uma forma tal que as suas representações em simulacros constróem uma forma de ver esta própria imediaticidade. Isto ocorre não apenas por conta dos simulacros, mas principalmente pela sua espetacularização. Conforme afirma Guy Debord,

O espetáculo apresenta-se, ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência. Pelo fato desse setor estar separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza é tão somente a linguagem oficial da separação generalizada. (DEBORD, 1997: p. 14)

3 – Da autoridade à celebridade

A espetacularização do simulacro transforma o processo mediático em encenações. Daí que há um enfraquecimento do critério de “objetividade” no jornalismo na perspectiva metodológica, de se centrar nos fenômenos verificáveis como ponto de partida de construção da notícia. Principalmente porque há uma forte colonização midiática da vida cotidiana, reforçada pela fragilização dos laços humanos, conforme mostra Bauman, que aponta para um olhar sobre a realidade cada vez mais pautada pelas simulações e pelos espetáculos midiaticizados.



Graças a esta situação, observa-se cada vez mais uma tendência ao discurso “assertivo” do jornalismo hegemônico, no fornecimento de opiniões nem sempre pautada em dados objetivamente verificáveis e sim em tomadas de posições que confortam sujeitos isolados e em busca de um discurso com uma narrativa diretiva e pretensamente “objetiva” para lhe dar sentido e conforto. É desta forma que esta narrativa do jornalismo hegemônico contribui para resolver o mal estar da civilização freudiano, dando segurança discursiva para uma liberdade de ser dissociada da interação com o outro.

O agente principal desta narrativa jornalística hegemônica contemporânea também se modifica. Não é mais a autoridade e sim a celebridade.

Autoridade não é a mesma coisa que poder, embora estas duas instâncias se confluam. Autoridade é a instância discursiva que confere *legitimidade* a determinadas práticas sociais; o poder, no sentido foucaultiano, configura-se por dispositivos que produzem determinadas tipologias de comportamento.

Para Arendt (2009), não existe um conceito absoluto de autoridade, mas sim um histórico. Segundo a pensadora, a autoridade que se estabeleceu nas sociedades modernas se baseia na articulação dela com a tradição e religião. A autoridade é, então, uma narrativa que busca manter certa estabilidade e previsibilidade das práticas sociais evocando sempre a tradição (um passado que se repete no presente) e a religião (enquanto espaço de reconexão com este passado).

As sociedades autoritárias têm rígidas hierarquias sociais, quase como estratificações. A figura que representa melhor esta tipologia de sociedade é a pirâmide, onde a desigualdade é o tom. O discurso autoritário *justifica* a desigualdade e não atua no sentido de reduzi-la. É um discurso de manutenção de privilégios sempre se legitimando enquanto espaço de preservação de determinadas tradições (que podem ser de cunho religioso ou não).

Retomando o conceito de Genro Filho de jornalismo como uma forma de apropriação de conhecimento cristalizada na singularidade dos fenômenos, como uma forma de compartilhamento das imediaticidades, é evidente que a sua lógica de conexão permanente com a transformação, com o fazer o mundo humano, é, por si só, *anti-autoritária*.

O jornalismo dissolve toda a estrutura tradicional na máquina de moer processos, de permanente construção/desconstrução do novo, daí que esta atividade se confronta fortemente com estruturas de autoridade tradicional. É disto que resultam os incômodos de cientistas, artistas, educadores e outras personalidades vindas de instituições tradicionais com o jornalismo, manifestados por críticas apocalípticas, rejeição a qualquer forma de interação



com os profissionais do jornalismo ou mesmo uma avaliação negativa quanto à legitimidade da atividade no sentido propedêutico.

O crescimento da atividade da comunicação de massa, mesmo com estas resistências, ocorre *pari passu* com a crise da autoridade. Arendt (op cit) chama a atenção de que esta crise da autoridade nas sociedades capitalistas decorre da crise da articulação entre ela e a religião e a tradição. E é por isto, inclusive, que a pensadora afirma que a violência passa a ser costumeiramente a ser uma prática do poder.

Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou. (ARENDDT, op cit, p. 129)

O capitalismo na fase contemporânea – a sociedade de consumidores ou líquido-moderna para empregar os conceitos de Bauman – tem como características um aumento da velocidade da produção/descarte e a edificação de uma concepção de tempo não linear, mas pontilhista, isto é, fragmentária. (BAUMAN, 2008)

Esta configuração societária não dá margens para a existência de autoridades no sentido tradicional dado por Arendt. Não há passado para ser preservado, não há tradição para ser evocada como elemento legitimador do discurso. A crise da autoridade é produto do próprio capitalismo na sua fase atual. A “civilização capitalista” de que fala Comparato é anti-autoridade na sua lógica. No lugar da autoridade, o que entra são as “falas autorizadas” que transitam entre espaços institucionalizados. Não é quem fala o que importa, mas de que lugar se fala. Os lugares de fala é quem dão a autorização da mesma.

Os meios de comunicação de massa, o jornalismo inclusive, ganham espaço a ponto de se transformarem na nova arena pública. Com isto, passam a ser as instituições de autorizações de falas – daí surgem as “celebridades”.

Disto, resultam duas situações que se complementam:

- a-) Os meios de comunicação de massa se transformam em um novo espaço de legitimidade, em um poder *de facto*, colonizados pelo capital e guiados pela lógica mercantil-privada.
- b-) A lógica presente neste espaço midiático não é a da autoridade e sim da celebridade, isto é, tem força quem tem visibilidade neste espaço. O discurso da celebridade se guia não por uma referência à tradições que buscam sua perenidade mas principalmente por estilos de vida espetacularizados que se transformam em padrões de comportamento.

Os padrões de comportamento produzem lógicas de consumo que se adaptam as novas configurações produtivas do capitalismo. Conforme afirma Marx (2001), a produção é



consumo pois toda forma de produção cria e organiza determinados padrões de consumo. O discurso midiático das celebridades tem esta funcionalidade no capitalismo contemporâneo. Este discurso “soft” das vidas privadas das celebridades que colonizam cada vez mais o espaço jornalístico tem consequências no debate político reverberado pela mídia. Esvaziado o debate público no sentido da racionalidade, mesmo da razão instrumental, com as relações sociais permeadas pela instantaneidade e um passado descartável pela concepção pontilhista de temporalidade, resta para tal espaço o discurso assertivo e esvaziado de argumentações, e às vezes virulento. Não se trata de um discurso autoritário, mas sim violento pois se legitima única e exclusivamente pela desqualificação do outro. Violento por que a palavra violência vem do latim *violentia* que significa ato de força com objetivo de destruir o outro. É aqui que se confluem o discurso “soft” de matérias comportamentais com o discurso violento da *hard news*. Apesar de atingir públicos diferentes, serem produtos midiáticos diferentes e até serem produzidos por profissionais e empresas distintas, há uma lógica que permeia e unifica estes dois tipos de discursos: ambos fazem parte de uma configuração societária que, ao mesmo tempo, possibilita a visibilidade de múltiplas oportunidades de consumo e de estilos de vida, é extremamente violenta no aspecto político, da esfera pública, condenando práticas sócio-políticas que desagradem as elites no poder. Sintetizando, por trás do grande espetáculo, há uma violência sistêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. Sobre a reprodução. Petrópolis: Vozes, 2001
- ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. S. Paulo: Perspectiva, 2009
- BAUDRILLARD, J. Simulacros e simulação. Lisboa: Relógio d'água, 1991
- BAUMAN, Z. Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007
- BAUMAN, Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- BAUMAN, Vidas para o consumo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008
- CHAUÍ, M. Simulacro e poder: uma análise da mídia. São Paulo: Perseu Abramo: 2006
- COMPARATO, F. K. A civilização capitalista. S. Paulo: Saraiva, 2013
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. S. Paulo: Graal, 1984



GENRO FILHO, A. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1989

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere – vols. II e V (trad. Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

HERMAN, E; CHOMSKY, N. A manipulação do público. S. Paulo: Futura, 2003

HORKHEIMER, M. Eclipse da razão. S. Paulo: Centauro, 2002

LIPPMANN, W. Opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2008

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. S. Paulo: Expressão Popular, 2001